

NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE POTÊNCIA POLÍTICA DA ARTE E PARTILHA DO SENSÍVEL

Priscila Pereira Novais (UFRN)*

Dânigui Rênigui Martins de Souza (UFRN)**

Nossa intenção, aqui, é pensar em que sentido a ética e a política se articulam com as imagens, construindo e reformulando nossos modos de ver, sentir e fazer em comunidade.

O escopo deste trabalho está dividido, essencialmente, em duas partes: a primeira trará uma breve apresentação do que é o regime das artes proposto pelo autor na obra *A partilha do sensível*. Pensaremos, junto ao autor, sobre uma possível nocividade da imagem à política e em que medida o teor político de uma imagem estaria contido em si mesma. Para Rancière as imagens estão inseridas dentro de um conjunto de articulações hierárquicas em sociedade. A este, ele chama de regime estético das artes.

No segundo momento, já conscientes da perspectiva democrática do regime estético das artes, adentraremos no universo do espectador.

1. Os regimes das artes

Na obra *A partilha do sensível*, Jacques Rancière define três regimes das artes: o regime ético, o regime representativo e o regime estético (Rancière, 2009c, p. 27). Com tais regimes ele tenta pensar as imagens a partir de um sistema de relações a priori que define o seu modo de representação. Assim, para compreender as considerações de Rancière sobre os regimes e as imagens é preciso atentar para dois aspectos:

a) A imagem não deve ser reduzida à sua visualidade, mas ser compreendida em sua alteridade. A imagem, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não se reduz ao

1* E-mail: filosofiadossolo@gmail.com. Mestranda em metafísica e lógica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e licenciada em filosofia pela mesma instituição. Membro do grupo de pesquisa ACEFALO (Agenciamento Coletivo de Estudos em Filosofia da Arte e da Literatura) desde 2015. Desde a graduação desenvolve pesquisas que articulam questões ético-políticas na estética e filosofia da arte. As principais áreas de interesse são: Estética Filosófica, Filosofia da Arte, Filosofia Contemporânea, Filosofia da História.

2** E-mail: daniguirenigui@ymail.com. Professor substituto no DPEC (Departamento de práticas educacionais e currículo). Doutorando em filosofia política e ética pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre e licenciado em filosofia pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa “Interfaces: técnica, arte e questões ético-políticas no pensamento filosófico”. Desde 2015 realiza pesquisas acerca do Estado de exceção no pensamento político de Giorgio Agamben.

que ela possui de visual, pois nela operam também o não-visível, o dizível e o indizível (Rancière, 2009a, p. 11);

b) A imagem possui um caráter paradoxal: ao mesmo tempo autônoma e elemento que compõe uma parte em um determinado fluxo imagético (Rancière, 2009a, p. 43).

Diante do olhar subversivo do espectador, a imagem vê seu sentido se modificar, já que a produção de sentidos não se dá meramente pelo espectro visual, mas atua direta e indiretamente sobre o invisível, o dizível e o indizível. Com isso, o espectador é capaz de reconfigurar as significações e intenções contidas no objeto artístico e isso nos leva a confirmar que a pensatividade da imagem não se encontra no conteúdo propriamente dito, mas no jogo de representações que lhe são permitidas.

Nesse sentido podemos dizer que a imagem percorre uma via de mão dupla, como ocorre na relação entre o mestre e o aluno. As significações, julgo e intenções de ambos serão igualmente permitidas quando se analisa uma imagem. Ao espectador, resta o convite de organizar, reorganizar, traduzir e interpretar os signos e sentidos expostos em evidência sem excluir do processo suas próprias experiências e inteligência.

Toda essa reconfiguração de sentido da arte proposta segundo os regimes apresentados por Rancière nos permitem pensar que

A política da arte é, portanto, a atividade que reconfigura os quadros sensíveis no seio do qual se dispõem os objetos comuns, rompendo com a evidência de uma "ordem natural" que define os modos de fazer, os modos de dizer e os modos de visibilidade. A arte é política não por defender tal ou qual causa, mas à medida que mobiliza um conjunto complexo de relações. A consequência desta formulação é que a própria noção de "obra" enquanto um objeto deve ser ampliada para a ideia de regime das artes como um a priori que define toda rede de relações e articulações em torno da arte (RAMOS, 2012).

2. O espectador: a relação entre arte e política

A questão do espectador, para Jacques Rancière, trata-se de uma discussão iniciada em *O mestre Ignorante*, numa perspectiva mais pedagógica, e sequenciada em *O espectador emancipado*, um livro que reúne um conjunto de textos proferidos em conferências dadas pelo filósofo. A obra traz um conjunto de publicações do autor que funciona como uma potente arma de reflexão sobre a arte política e as políticas da arte. Em suas discussões, um conceito é predominante: *espectador* - É ele o personagem principal de toda engrenagem.

Jacques Rancière nos coloca de frente com questões que dizem respeito à relação entre o olhar e o agir e ao mesmo tempo pensa em como se dá e o que sustenta as relações

do dizer, do ver e do fazer quando estas pertencem a uma estrutura de dominação e sujeição. Parece-nos que para o autor é preciso colocar em cena o jogo paradoxal de relações que circunscrevem o universo da arte.

Antes de adentrar especificamente no universo do espectador, é importante compreender o que Rancière pensa sobre a política das imagens, para então apresentar sua proposta emancipatória em relação às mesmas.

Para ele, toda imagem possui uma bagagem social e seria um erro pensá-la apenas pelo que se mostra como visual, isso seria o mesmo que jogar fora o jogo de relações que configuram seu sentido e significados. Uma imagem não é somente uma imagem, mas uma miríade de possibilidades, e nisso consiste, talvez, o cerne da eficácia estética, ou seja, nesse jogo paradoxal de continuidade e descontinuidade das formas sensíveis de um objeto artístico, assim como das formas sensíveis que constituem o universo do espectador.

Nesse sentido, o teor político da arte, tal como pensa Rancière, não se encontra no conteúdo próprio, determinável de um objeto, nem no fazer artístico, nem na intenção, mas na suspensão de toda relação determinável. Podemos dizer, então, que a potência política da arte encontra-se nesse dissenso entre o fazer e os fins sociais definidos.

De fato, para Rancière existe na base de toda política uma “estética”. Isso não significa que Rancière partilha a ideia de uma “estetização da política própria da idade das massas”. (...); toda política se funda sobre o que se pode ver e o que se pode dizer, sobre quem tem a competência para ver e a qualidade para dizer, sobre as propriedades dos espaços e os possíveis do tempo: a política é, mais que nada, uma partilha do sensível desse tipo (PELLEJERO, 2009, p. 25).

Quando falamos de dissenso, não estamos falando de contrapontos, não é um choque de ideias, mas o conflito entre os vários regimes sensoriais que ocorrem nessa partilha do sensível, permitindo reconfigurar os objetos e a ordem natural que definem os modos de fazer, de ver e dizer.

Em *espectador emancipado*, Rancière expõe uma crítica ao fato de considerar que uma imagem pode ser nociva à dimensão política e nos atenta para a eficácia que uma imagem de efeito político intencional pode gerar. Para ele, esse efeito não é imediato. A partir de tal obra, somos ainda provocados a pensar que a política própria da imagem deve ser encontrada em determinados regimes de articulação de elementos e funções que compõem o discurso imagético, como propõe em sua teoria sobre os regimes estéticos, da qual já falamos anteriormente.

Ao retomar suas próprias reflexões sobre o conceito de emancipação – pensado mais claramente na obra *O Mestre Ignorante* (1987), Rancière parece exigir um espectador que desempenhe o papel de intérprete ativo, que se apropria da história para construir o seu próprio mundo através de uma leitura própria, e não somente dada. Como nas lições do mestre ao aluno, é preciso “ligar o que se sabe com o que se ignora” (RANCIÈRE, 2010, p. 27).

Para entender a relação entre arte e política, e como ela foi argumentada pela tradição da arte crítica, ou simplesmente para pensar o papel da arte em nossas vidas, Rancière nos diz que é preciso:

Dispensar as fantasias do verbo feito carne e do espectador tornado ativo, saber que as palavras são apenas palavras e os espetáculos apenas espetáculos podem ajudar-nos a compreender melhor como as palavras e as imagens, as histórias e as performances podem mudar alguma coisa no mundo em vivemos (RANCIÈRE, 2012, p. 26).

Cada cena, cada manifestação ou efeito são capazes de produzir uma nova aventura intelectual, um novo contexto, significado, um novo ou renovado espectador. O autor nos convida a pensar sobre conexões de causa e efeito, a atividade e a passividade que envolve as pessoas no mundo da arte, na condição de espectador no mundo contemporâneo. É como, por exemplo, pensar sobre o cinema e a emancipação do olhar:

“Quietos ou inquietos, heroicos ou delirantes, as personagens que o cinema propões muitas vezes encarnam as aventuras do olhar, e ao fazê-lo nos submetem a uma prova, na qual o que está em jogo é a nossa capacidade para interrogar as evidências *do que é* e descobrir *o que não é* – pelo menos não imediatamente – visível.” (PELLEJERO, 2016, p. 01)

O cinema é um excelente espaço para pensar a nossa condição de espectador, é um lugar de experimentação. Ele nos desafia o tempo todo a redobrar a atenção sobre as imagens e a confrontá-las com o mundo e toda bagagem que trazemos. “Outras vezes, por fim, o desafio coloca em causa, não apenas as nossas competências, mas também o alcance e os limites do que aparece enquanto via de acesso ao real (...)” (PELLEJERO, 2015, p. 02). Nesse sentido podemos dizer que cabe ao espectador o papel de pensar não só sobre a arte em si, mas também sobre o significado de ver e interpretá-las.

Para Rancière, “a emancipação começa quando se volta a questionar a oposição entre o olhar e o agir; quando se compreende que as evidências que estruturam os modos

de relacionar-se com o dizer, o ver e o fazer pertencem, eles mesmos, à estrutura de dominação e sujeição” (RANCIÈRE, 2012, p. 19).

Talvez o que mais chame atenção no estudo das obras de Jacques Rancière é sua intenção de nos mostrar que a pensatividade é uma peça importante no jogo paradoxal que permeia as relações entre a estética e a política. Esse jogo paradoxal está diretamente ligado às formas de existir da arte e suas relações subjetivas com o mundo.

O espectador em seu mundo subjetivo, particular, também atua diante das imagens. Ele compara uma imagem, uma realidade ou cenário imagético com as coisas que conhece e isso é algo do qual não podemos fugir, é algo óbvio no processo de análise imagética.

No processo de emancipação do olhar, o espectador deve dissecar os signos que se mostram diante de sua retina. Quando faz isso, ele embaralha as posições já postas que geram uma distância entre a atividade e a passividade. Esse é um ponto importantíssimo na teoria emancipatória das imagens de Rancière. O espectador é alguém que à medida que vê, sente e compreende uma imagem, à sua maneira, compõe a sua própria significação, o seu próprio poema, tal como fazem os atores, os músicos, os performistas.

A emancipação do olhar começa quando se questiona a oposição entre o olhar e o agir, quando se compreende as evidências que estruturam os modos de relacionar-se com o dizer, o ver e o fazer. Quando há essa quebra de hierarquias entre os modos de ver, de pensar e de fazer, a estrutura de dominação e sujeição, de atividade e passividade é abalada e há espaço para a emancipação do olhar.

3. Quais elementos conferem uma dimensão política às imagens?

Chegamos ao fim de nossa explanação com a certeza da importância de se pensar sobre a potência política da arte. Entendemos que o caminho para isso é investigar em que sentido a ética e a política se articulam em torno das imagens, construindo, reconstruindo e reformulando nossos modos de ver, sentir e fazer em comunidade. É o que Jacques Rancière chamou de “partilha do sensível”. Organizando tudo numa pergunta talvez fosse mais adequado perguntar: quais elementos conferem uma dimensão política às imagens?

Bem, podemos dizer que tal pergunta tem a ver com a potência que as imagens possuem não apenas de mostrar o visível, mas também de fornecer pistas acerca dos dispositivos por meio dos quais o visível pode ser capturado. Segundo Rancière (2010a), há hoje uma tentativa de se evidenciar que as imagens e obras artísticas são políticas, sobretudo devido aos significados, mensagens e reflexões que desejariam transmitir,

ênfatizando estigmas de dominação, questionando estereótipos, convocando os espectadores a assumirem algum tipo de posicionamento crítico, muitas vezes de indignação e revolta.³

Não existe, e não deveria haver, nenhum tipo de roteiro previamente estabelecido de leitura, interpretação e crítica diante das imagens. Está aí um dos problemas que surgem quando se associam arte e política: a arte não é e nem deve ser um guia para ação política e nem um instrumento de conscientização massiva. A política das imagens não está em seus conteúdos propriamente ditos, também não se concretiza como um modo de instrução para olhar o mundo transformando-o e livrando das formas opressoras. Não existem fórmulas que prescrevem como a imagem deve orientar os sujeitos em suas ações e interpretações. “Quando um artista está preocupado em “passar uma mensagem” política não faz outra coisa senão infantilizar o espectador” (RAMOS, 2012, P. 102).

Referências

PELLEJERO, Eduardo Aníbal. **A lição do aluno**: uma introdução à obra de Jacques Rancière. Natal: Saberes, 2009.

_____. **Sessões não numeradas**: Algumas notas sobre o cinema e a emancipação do olhar. Revista Sísifo, v. 1, p. 1-15, 2015.

RAMOS, Pedro Hussak van Velthen. **Rancière: a política das imagens**. Natal. Princípios: Revista de Filosofia, v 19, n 32, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Trad. Ivone C. Benedetti. – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. **El espectador emancipado**. Buenos Aires: Manantial, 2010.

_____. **Le destin des images**. Paris: Fabrique, 2009a.

_____. **Le spectateur émancipé**. Paris: Fabrique, 2009b.

_____. **A partilha do sensível**. Trad. Mônica Costa Netto. 2. ed. Rio de Janeiro: 34, 2009c.

_____. **O mestre ignorante**. Trad. Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

³ Ver: MARQUES. Políticas da imagem, subjetivação e cenas de dissenso (Image policy, subjectivation and argument scenes).